

## Reunião da Comissão de Trabalhadores da Universidade de Aveiro

### Ata n.º 44

11 de novembro de 2024

Ao décimo primeiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quarenta minutos, decorreu no Auditório José Grácio, do Departamento de Engenharia Mecânica, a reunião periódica legalmente prevista entre o Reitor, Paulo Jorge Ferreira, e a Comissão de Trabalhadores da Universidade de Aveiro, encontrando-se presentes, para além do Reitor, a Comissão de Trabalhadores, através dos seus membros David Furtado, Lucinda Ferreira, Jorge Monteiro, Chantal Teixeira, Patrícia Monteiro, Marta Teixeira e Gonçalo Ramalho. Esteve igualmente presente o Administrador, Mário Pelaio e a Vice-Reitora Alexandra Queirós.

A reunião decorreu de acordo com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Aprovação da ata da reunião anterior

Ponto dois: Informações

Ponto três: Parques de estacionamento – Aplicação das medidas de melhoramento e proposta de suspensão do pagamento

Ponto quatro: Avaliadores SIADAP

Ponto cinco: Manual de Segurança Interna da UA

Ponto seis: Outros assuntos

Procedeu-se à discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, nos seguintes termos:

#### **Ponto UM: Aprovação da ata da reunião anterior**

A ata da reunião anterior e a ata da reunião do dia 1 de julho de 2024 foram aprovadas por unanimidade dos membros.

#### **Ponto DOIS: Informações**

O Administrador informou que muito em breve irão ser partilhados os resultados do inquérito sobre o teletrabalho, adiantando desde já que este regime de prestação de trabalho é visto pelos inquiridos – dirigentes e trabalhadores - como apresentando manifestas vantagens e benefícios para os diretamente envolvidos. Por sua vez, o Sr. Reitor realçou a importância da compreensão das necessidades dos trabalhadores e da avaliação do impacto das medidas implementadas, que para tal, é necessário parametrizar.

Além desta informação inicial, a Comissão de Trabalhadores deu nota da sua nova composição,

com a saída do Secretariado Executivo do colega Rogério Cardoso, lugar agora preenchido pelo colega Jorge Monteiro. A Comissão informou ainda os presentes sobre a alteração da condição da colega Chantal Teixeira, que passou de membro suplente, para membro efetivo.

A Comissão aludiu igualmente ao contexto que vem envolvendo a inscrição dos filhos dos trabalhadores da UA no CIAQ, uma vez que alguns colegas têm reportado dificuldades em obter vagas. A Comissão averiguou a situação e apurou que antigamente existia um acordo que conferia uma reserva de 2/3 das vagas existentes para filhos de trabalhadores da UA. No entanto, uma vez que o CIAQ detém a condição de Instituição Privada de Solidariedade Social, o mesmo encontra-se abrangido pelas regras definidas pela Segurança Social. Ainda assim, foi possível constatar que, em 2022, 60 a 70% das vagas eram ocupadas por filhos de trabalhadores da UA ou com alguma ligação à UA.

A este propósito, o Reitor sublinhou que pelo facto de se tratar de uma IPSS não é possível conceder um direito de preferência aos filhos dos trabalhadores da UA. No seguimento deste assunto, o Sr. Reitor ficou de ver o que poderá ser feito sobre o assunto.

### **Ponto TRÊS: Parques de estacionamento – Aplicação das medidas de melhoramento e proposta de suspensão do pagamento**

A Comissão solicitou um esclarecimento sobre as questões abordadas na anterior reunião e as diligências tomadas no último mês sobre este assunto. A Comissão informou que recebeu mais um relato de um carro que ficou danificado num cenário idêntico aos já identificados. Lembra que as condições de acesso ao parque são deficitárias e que é difícil para os trabalhadores encontrarem um lugar depois das 9h - sendo que o mesmo já se encontra pago - uma vez que o parque vem sendo acedido por utilizadores não pagantes e, em muitos dos casos, externos à comunidade académica. Dadas as atuais circunstâncias, a Comissão colocou à consideração do Sr. Reitor se fará sentido isentar o pagamento das taxas associadas à utilização do parque, enquanto a situação durar.

O Reitor deu a palavra ao Administrador que, por sua vez, solicitou a intervenção do Eng.º Johnny Reis, em representação dos SGT, tendo o mesmo prestado os seguintes esclarecimentos: no que concerne ao número de lugares de estacionamento, o Senhor Engenheiro informou que nos próximos meses, o mesmo irá ser alargado, uma vez que o estaleiro alusivo às obras nas residências de Santiago vai ser retirado, devolvendo à utilização do público os lugares ali existentes. Relativamente às cancelas e mais concretamente sobre o estado do procedimento aquisitivo em curso, o Sr. Engenheiro deu nota de que as propostas se encontram já em fase de análise e que por essa razão se espera que o problema fique resolvido nas próximas semanas.

Seguidamente o Administrador abordou a questão do pagamento do parque, reconhecendo que se trata de uma questão sensível, mas que presentemente, feitas as contas, o custo diário para estacionar nos parques da UA são cerca de 0,08€ por dia. Se este valor é justo e adequado, é uma questão que deverá ser reavaliada. Acresce que não poderão ser desconsiderados os custos administrativos associados a uma eventual suspensão do pagamento, e ao concomitante processamento de reembolsos de montante correspondente a cerca de 10% do valor da anuidade, a saber 2€. Por sua vez, o Sr. Reitor asseverou não se opor nesta fase à isenção do pagamento das taxas, sendo, contudo, necessário verificar os custos de contexto e o enquadramento legal aplicável. Relativamente às cancelas, depois de adjudicada a proposta, existe a expectativa de que o problema fique resolvido até ao final do ano. A decisão de manter abertas as cancelas foi tomada para garantir a fluidez do trânsito, ainda que se tenha pensado noutras opções.

O Sr. Reitor abordou ainda o processo de candidaturas ao estacionamento e a necessidade de este ser repensado. No presente momento, a ordem de chegada das candidaturas é o único critério em uso e existe apenas uma fase de candidaturas por ano. Segundo o Sr. Reitor, trata-se de um quadro bastante redutor, ocorrendo-Lhe outros critérios que poderão ser igualmente equacionados, tais como a limitação motora, a distância da residência ao local de trabalho, a existência de filhos menores e/ou outros dependentes (ao cuidado do trabalhador), o benefício do regime de teletrabalho, entre outros. No entendimento do Sr. Reitor, não deverão existir lugares cativos. No entendimento do Sr. Reitor, os fornecedores também não necessitarão de lugares de estacionamento pois podem cumprir os seus fins sendo-lhes disponibilizado um simples cartão de acesso. O Reitor agradece, contudo, que o tema seja mantido na agenda pelo menos enquanto tal fizer sentido.

#### **Ponto QUATRO: Avaliadores SIADAP**

Sobre este ponto a Comissão de Trabalhadores deu nota que considera as sessões de esclarecimento que existiram sobre este tema bastante úteis e tem conhecimento de que pelo menos uma Unidade já reuniu com os seus trabalhadores, tendo informado que o avaliador será o Assessor da unidade. A Comissão de Trabalhadores questionou também se haverá mais reuniões e qual o procedimento a adotar nas Unidades que não têm Assessor.

O Sr. Reitor referiu que o novo ciclo avaliativo se afigura particularmente desafiante, porque a partir de agora as regras são outras e o sistema de avaliação passou a ter uma periodicidade anual. As quotas foram alargadas e é necessário que todas as pessoas estejam bem informadas. Esclarece que haverá mais reuniões, se necessário. O Administrador refere que estas questões já foram abordadas numa anterior reunião com todos os avaliadores e que nos termos da Lei, o avaliador é o superior hierárquico imediato do trabalhador. Por essa razão, e no que às unidades

orgânicas de ensino e investigação concerne, os Assessores, enquanto dirigentes intermédios, serão os avaliadores dos trabalhadores afetos aos serviços de apoio. No passado uma das questões que frequentemente se levantava era o facto de, nalguns casos, os Dirigentes não imediatos não contactarem funcionalmente com os trabalhadores e serem formalmente os avaliadores. Nas unidades em que não exista a figura do Assessor, o avaliador é o Diretor. Entretanto, em novembro e dezembro haverá lugar a duas ações de formação que abordarão as mais recentes alterações ao SIADAP. O Reitor reforça que o novo regime avaliativo, ainda que mais complexo para o avaliador, trará vantagens para o trabalhador.

#### **Ponto CINCO: Manual de Segurança Interna da UA**

A Comissão referiu que existem meios e combate a incêndio cuja data de manutenção obrigatória já foi ultrapassada, alguns desde março deste ano, e que há departamentos que se encontram expostos a maiores riscos onde esta situação é mais preocupante. Informou ainda que em 2018 estava a ser elaborado um manual de segurança interna da UA que previa equipas de intervenção, no entanto algumas dessas pessoas já não estão na UA e nunca houve qualquer formação para o efeito.

O Administrador agradeceu a questão, dada a sua pertinência para a instituição. Nesse âmbito, informou que em 2022 a Universidade abriu um concurso público visando selecionar uma empresa incumbida de fazer, em cada Unidade, o diagnóstico dos riscos e das medidas necessárias para prevenir os mesmos, incluindo as medidas de autoproteção, tudo no prazo de um ano. O Conselho de Gestão analisou o relatório produzido pela empresa adjudicatária tendo autorizado os encargos associados à totalidade das medidas propostas, e que deverão ser implementadas nos termos de calendário e prioridades a definir consoante a importância e o impacto de cada medida. O Administrador passou depois a palavra ao Eng.º Johnny Reis, tendo o representante dos SGT esclarecido que a manutenção anual obrigatória dos extintores era feita por um procedimento de contratação anual, mas que está a ser feito um procedimento de contratação para 3 anos. Esclareceu igualmente que a diversidade dos edifícios do Campus não é fácil de transpor para o caderno de Encargos, no entanto, os extintores são uma prioridade. Contudo, na sua opinião enquanto bombeiro, os extintores embora fora de validade estão funcionais dado o histórico de boas manutenções. Se tudo correr conforme previsto, no próximo ano tudo ficará verificado, sendo certo que se irá dar prioridade às situações mais críticas. No que toca à formação, o Eng.º Johnny explicou que depois de resolvidas as desconformidades, irá ser providenciada formação adequada. O Sr. Reitor informou que pretende manter este assunto em reuniões futuras.

**Ponto SEIS: Outros assuntos**

A Comissão lembrou o assunto dos pedidos de mobilidade, uma vez que na última reunião. O Sr. Reitor informou terem havido progressos e terem sido encontradas soluções, mas que não iria partilhar antes de falar com a Dirigente e respetivos trabalhadores.

O Reitor referiu que foram tomadas medidas e que se certificará que os pedidos de mobilidade foram todos apreciados e decididos e que os trabalhadores foram informados das respetivas decisões. O Administrador informou que foram promovidas as devidas diligências junto dos Serviços, mas que até à data não tinha obtido retorno.

Finalmente, o Sr. Reitor agradeceu a presença de todos e lembrou que na quarta-feira seguinte se celebraria o encerramento das cerimónias alusivas aos 50 anos da Universidade de Aveiro.

Por sua vez, a Comissão alertou para o facto de estar a receber relatos de alguns trabalhadores que veem a sua participação nas reuniões da Comissão de Trabalhadores limitada pelas respetivas chefias.

O Sr. Reitor assumiu a incumbência de averiguar a questão.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15h:38m, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Reitor, pelo Administrador e por três representantes da Comissão de Trabalhadores.

---

Paulo Jorge Ferreira

---

David Furtado

---

Mário Pelaio

---

Lucinda Ferreira

---

Jorge Monteiro